

14 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA

Termo de Referência 9/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	160123-14 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA	BRUNO FERREIRA DA SILVA	28/05/2026 15:32 (v 0.16)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64549.000584/2026-56

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de alvenaria, elétricos e hidráulicos para o 14º GAC, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	REQUISIÇÃO MÍNIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	418896	Fita isolante elétrica, material básico Pvc - cloreto de polivinila, resistência à Tensão até 750, cor preta, classe Temperatura 90, comprimento 20, largura 19, espessura 0,25	Un	200	50	R\$ 4,60	R\$ 920,00
2	627744	Lâmpada led bulbo alta potência 20w e27 6500k. Certificação: INMETRO e CTF.	Un	100	30	R\$ 6,90	R\$ 690,00
3	617342	Lâmpada led tubo 1,20mt t8 18w 4000k 1850lm bv g13. vida útil: 25.000hs. cor branco neutro. área externa e interna. Certificação: INMETRO e CTF.	Un	300	100	R\$ 13,90	R\$ 4.170,00
4	403770	Luminária calha. led. 18w. sobrepor. 60cm. bivolt. slim. cor: branco frio 6500k. dimensões: 75mm x 660mm. composição: base em alumínio e termoplástico vida útil: 25 mil horas. Certificação: INMETRO e CTF.	Un	50	20	R\$ 53,00	R\$ 2.650,00
5	368622	Plafon redondo lâmpada teto e27 soquete bocal bivolt. plástico pvc. cor: branca.	Un	50	30	R\$ 14,90	R\$ 745,00
6	628792	Cabo elétrico flexível, material cobre eletrolítico, revestimento pvc - cloreto de polivinila, temperatura 70, tensão isolamento 750, cores preta, vermelha, azul, verde e branca, seção nominal condutor 2,5mm, bitola condutor 2,5mm, quantidade mínima de fios: 21. Certificação: INMETRO e CTF.	Rolo de 100mt	10	5	R\$ 211,00	R\$ 2.110,00
		Cabo elétrico flexível, material cobre eletrolítico,					

7	344924	revestimento pvc - cloreto de polivinila, temperatura 70, tensão isolamento 750, cores preta, vermelha, azul, verde e branca, seção nominal condutor 4,0mm, bitola condutor 4,0mm, quantidade mínima de fios: 50. Certificação: INMETRO e CTF.	Rolo de 100mt	6	2	R\$ 400,00	R\$ 2.400,00
8	416521	Cabo elétrico flexível, material cobre eletrolítico, revestimento pvc – cloreto de polivinila, temperatura 70, tensão isolamento 750, cores preta, vermelha, azul, verde e branca, seção nominal condutor 6,0mm, bitola condutor 6,0mm, quantidade mínima de fios: 70. Certificação: INMETRO e CTF.	Rolo de 100mt	6	2	R\$ 225,00	R\$ 1.350,00
9	416519	Cabo elétrico flexível, material cobre eletrolítico, revestimento pvc - cloreto de polivinila, temperatura 70, tensão isolamento 750, cores preta, vermelha, azul, verde e branca, seção nominal condutor 10,0mm, bitola condutor 10,0 mm, quantidade mínima de fios: 120. Certificação: INMETRO e CTF.	Rolo de 100mt	2	1	R\$ 904,78	R\$ 1.809,56
10	624052	Refletor led 200w. corpo de alumínio. holofote bivolt prova d água ip66 127/220v preto branco-frio 6500k. Certificação: INMETRO e CTF.	Un	100	25	R\$ 120,00	R\$ 12.000,00
11	633424	Refletor led 100w. corpo de alumínio. holofote bivolt prova d água ip66 127/220v preto branco-frio 6500k. Certificação: INMETRO e CTF.	Un	100	25	R\$ 119,95	R\$ 11.995,00
12	415676	Parafuso de ferro cabeça chata phillips 6,0mm	Cx 100Un	10	3	R\$ 29,00	R\$ 290,00
13	302038	Parafuso de ferro cabeça chata phillips 8,0mm	Un	1000	200	R\$ 1,50	R\$ 1.500,00
14	613896	Bucha de pvc 6mm para concreto	Caixa 100 Un	10	3	R\$ 36,39	R\$ 363,90
15	613897	Bucha de pvc 8mm para concreto	Caixa 100 Un	10	3	R\$ 25,39	R\$ 253,90
16	614254	Barra eletroduto pvc ¾ sem rosca cinza 3 metros. Certificação: INMETRO.	Barra 3m	15	4	R\$ 11,63	R\$ 174,45
17	365633	Luva pvc para eletroduto aparente 3/4 polegadas sem rosca cinza	Un	100	25	R\$ 3,48	R\$ 348,00
18	469284	Curva pvc sem rosca cinza claro 3/4" 90°	Un	100	25	R\$ 4,00	R\$ 400,00
19	265190	Tampa cega condutele 4x2 pvc. cor: cinza. Certificação: INMETRO.	Un	50	15	R\$ 5,99	R\$ 299,50
20	460983	Adaptador pvc ¾ cinza para condutele. Certificação: INMETRO.	Un	100	25	R\$ 2,00	R\$ 200,00
21	401641	Caixa de pvc 4x2 condutele eletroduto 3/4 cinza	Un	50	15	R\$ 14,22	R\$ 711,00
22	633304	Abraçadeira, material pvc – 3/4 cloreto de polivinila, tipo ´u´, aplicação fixação bucha e parafuso para tubo soldável, travamento definitivo, diâmetro amarração 25	Un	150	50	R\$ 2,51	R\$ 376,50
23	461470	Abraçadeira, material metal galvanizado, características adicionais com cunha/chaveta, 1 pol, modelo ´d´	Un	50	15	R\$ 1,04	R\$ 52,00
		Tomada 2pino+terra. tomada simples. 10a. 250 v.					

24	614340	cor: branco. com espelho. Certificação: INMETRO.	Un	80	30	R\$ 10,50	R\$ 840,00
25	618467	Tomada dupla. 2 pino+terra. modelo dupla. 20a 250v. cor: branca. com espelho. Certificação: INMETRO.	Un	60	20	R\$ 13,56	R\$ 813,60
26	633379	Tomada simples 2pino+terra 20 a 250 v cor: branco. com espelho. Certificação: INMETRO.	Un	50	15	R\$ 13,75	R\$ 687,50
27	318442	Interruptor vertical simples 4x2 10a 250 v cor: branco. com espelho. Certificação: INMETRO.	Un	80	25	R\$ 15,70	R\$ 1.256,00
28	452719	Interruptor vertical duplo 4x2 10a 250 v cor: branco. com espelho. Certificação: INMETRO.	Un	50	20	R\$ 15,47	R\$ 773,50
29	428116	Interruptor simples 10a 250v com 1 tomada 2p+t 20a 250v 4x2 – cor: branco. com espelho. Certificação: INMETRO.	Un	50	20	R\$ 14,29	R\$ 714,50
30	472028	Conector derivação perfurante 10-150mm ² condutor de derivação 4-35mm ² . Certificação: INMETRO.	Un	50	20	R\$ 19,00	R\$ 950,00
31	482552	Conector chuveiro cerâmica/porcelana 2 polos 10mm	Un	40	20	R\$ 12,89	R\$ 515,60
32	614569	Chuveiro branco 5500w 220v com mangueira. 3 temperaturas. 30a. diâmetro da cabeça de 13.1cm. material: plástico. Tipo de cabeça: fixo. tipo de instalação De parede. Certificação: INMETRO e CTF.	Un	20	5	R\$ 72,40	R\$ 1.448,00
33	443336	Resistência chuveiro 220v 5500w 055-a original metal. com forma mola. produto fabricado em liga de cobre e aço. 7cm de largura e 15cm de altura. tipo de instalação: de parede. Certificação: INMETRO e CTF.	Un	30	10	R\$ 23,80	R\$ 714,00
34	363789	Pino fêmea bipolar 2 polos + terra 10a 250v. cor: branco. Certificação: INMETRO.	Un	40	20	R\$ 5,00	R\$ 200,00
35	614591	Plugue macho 2p + terra 10a 250v. cor: branco. Certificação: INMETRO.	Un	100	25	R\$ 9,00	R\$ 900,00
36	463207	Relé sensor fotocélula bivolt c/ suporte acende automático 127/220v	Un	30	10	R\$ 27,97	R\$ 839,10
37	324019	Timer digital bivolt temporizador programável automático. 110v. 10 a. frequência 60hz. quantidade mínima de programas: 16. Certificação: INMETRO.	Un	10	5	R\$ 129,90	R\$ 1.299,00
38	402154	Bocal soquete receptáculo e-27 porcelana louça. Certificação: INMETRO.	Un	25	5	R\$ 6,60	R\$ 165,00
39	334321	Quadro de distribuição p/ embutir p/ 8 disjuntores din. cor: branco. com barramento	Un	5	3	R\$ 67,39	R\$ 336,95
40	396587	Disjuntor termomagnético, curva c, tipo unipolar, aplicação instalação Elétrica, características adicionais Fixação em trilho din, abertura tampa Quadro 45mm, corrente nominal 10a, Corrente interrupção 15 ka em 220 v Dimensões 75,5x81x18 (axcxl). Certificação: INMETRO.	Un	15	5	R\$ 10,90	R\$ 163,50

41	396588	Disjuntor termomagnético, curva c, tipo unipolar, aplicação instalação Elétrica, características adicionais Fixação em trilho din, abertura tampa Quadro 45mm, corrente nominal 20a, Corrente interrupção 15 ka em 220 v Dimensões 75,5x81x18 (axcxl). Certificação: INMETRO.	Un	15	5	R\$ 18,16	R\$ 272,40
42	401221	Disjuntor termomagnético, curva c, tipo unipolar, aplicação instalação Elétrica, características adicionais Fixação em trilho din, abertura tampa Quadro 45mm, corrente nominal 32a, Corrente interrupção 15 ka em 220 v Dimensões 75,5x81x18 (axcxl). Certificação: INMETRO.	Un	15	5	R\$ 21,85	R\$ 327,75
43	401220	Disjuntor termomagnético, curva c, tipo unipolar, aplicação instalação Elétrica, características adicionais Fixação em trilho din, abertura tampa Quadro 45mm, corrente nominal 40a, Corrente interrupção 15 ka em 220 v Dimensões 75,5x81x18 (axcxl). Certificação: INMETRO.	Un	15	5	R\$ 25,83	R\$ 387,45
44	608304	Trilho p/ disjuntor din c/ 15cm perfurado galvanizado	Un	15	5	R\$ 34,90	R\$ 523,50
45	632138	Interruptor sensor de presença para iluminação espi 360 Certificação: INMETRO.	Un	10	3	R\$ 124,16	R\$ 1.241,60
46	446601	Plugue 2p+t 32a 220v 6h + tomada de sobrepôr mgi123 220v	Un	20	5	R\$ 35,60	R\$ 712,00
47	468561	Canaleta pvc 20 x 10 x 2000 mm c/adesivo dupla face	Un	50	15	R\$ 5,80	R\$ 290,00
48	634796	Luminária led slim 18w 6000k bivolt luz branca fria. Certificação: INMETRO.	Un	20	5	R\$ 75,00	R\$ 1.500,00
49	379843	Fixa fio coaxial 6 branco + prego 2 5x25	Un	500	150	R\$ 3,00	R\$ 1.500,00
50	631859	Fitas enforca gato cinta plástica abraçadeira lacre de nylon 30cm	Pacote 100 Un	5	2	R\$ 26,00	R\$ 130,00
51	352269	Tinta base água, composição básica água e emulsão acrílica, aspecto físico líquido, aplicação interna e externa, tipo acabamento fosco, cor branco gelo e neve, superfície aplicação reboco, método aplicação rolo / pincel, com mínimo de 5m²/l de cobertura seca, 90m²/18l de cobertura especificada em embalagem e mínimo de 40 ciclos para para remoção de tinta por abrasão úmida, qualidade mínima standard. Certificação: CTF.	Lata 18L	200	50	R\$ 195,80	R\$ 39.160,00

52	336888	Tinta base água, composição básica água e pva, aspecto físico líquido, tipo acabamento semi-brilho, cor palha, com mínimo de 5m²/l de cobertura seca, 90m²/18l de cobertura especificada em embalagem e mínimo de 40 ciclos para para remoção de tinta por abrasão úmida, qualidade mínima standard. Certificação: CTF.	Lata 18L	50	15	R\$ 228,69	R\$ 11.434,50
53	216954	Areia lavada fina	m³	30	10	R\$ 156,00	R\$ 4.680,00
54	471065	Tinta esmalte, tipo acabamento alto brilho, cor azul del rey, diluente indicado aguarrás, método aplicação rolo/pincel e pistola, aplicação superfícies madeira e metal/interiores/exteriores., material tinta à base de resinas alquídicas/pigmentos, rendimento 40 a 50 m2/gl/demão, prazo armazenagem 36 meses. Certificação: CTF.	Galão 3,6L	600	200	R\$ 192,46	R\$ 115.476,00
55	313465	Tinta esmalte, brilhante, cinza platina, aguarrás, rolo /pincel e pistola, tinta à base de resinas alquídicas /pigmentos, 40 a 50 m2/gl/demão, sintética. Certificação: CTF.	Galão 3,6L	200	50	R\$ 257,10	R\$ 51.420,00
56	633700	Tinta acrílica, componentes água/resina acrílica /pigmentos orgânicos e inorgânico, aspecto físico líquido viscoso colorido, cor preta, prazo validade 36 meses, aplicação pisos em geral. Certificação: CTF.	Lata 18L	100	25	R\$ 269,90	R\$ 26.990,00
57	251112	Bloco de concreto vedação 20x20x40cm. Certificação: INMETRO.	Un	10000	2500	R\$ 4,20	R\$ 42.000,00
58	610539	Tinta esmalte, superfície aplicação metal, cor preta, diluente indicado aguarrás, método aplicação jato dirigido, características adicionais spray. Certificação: CTF.	Galão 3,6L	100	25	R\$ 129,00	R\$ 12.900,00
59	268998	Tijolo cerâmico 10x20x30cm. Certificação: INMETRO.	Un	5000	2500	R\$ 1,99	R\$ 9.950,00
60	405958	Tinta esmalte, acetinado, verde folha, aguarrás, rolo /pincel e pistola, tinta à base de resinas alquídicas /pigmentos, 40 a 50 m2/gl/demão, superfícies madeira e metal/interiores/exteriores. Certificação: CTF.	Galão 3,6L	100	25	R\$ 151,72	R\$ 15.172,00
61	238764	cimento Portland, agregados minerais e aditivos químicos CPII E 32. Certificação: CTF.	Saco 50kg	150	50	R\$ 47,50	R\$ 7.125,00
62	320920	Cal hidratada, cal hidratada (cal para pintura 20kg branco). Certificação: CTF.	Saco 20kg	350	100	R\$ 28,00	R\$ 9.800,00
63	405957	Tinta esmalte, superfície aplicação metal, madeira e alvenaria, tipo acabamento sintético, cor branco neve, método aplicação rolo/pincel e pistola, com cobertura mínima de 40m²/ galão 3,6l/ demão. Certificação: CTF.	Galão 3,6L	100	25	R\$ 159,90	R\$ 15.990,00
64	632916	Massa corrida, método aplicação com espátula e desempenadeira, tempo secagem 3, composição básica pva - policloreto de vinila, solubilidade água, aplicação imperfeição superfície interna para pintura. Certificação: CTF.	Lata 18L	60	20	R\$ 125,00	R\$ 7.500,00

65	275188	Massa acrílica, método aplicação com espátula e desempenadeira, tempo secagem 3, composição básica resina acrílica, solubilidade água, aplicação imperfeição superfície externa para pintura. Certificação: CTF.	Lata 18L	60	20	R\$ 121,99	R\$ 7.319,40
66	216959	Pedra brita nº3	m³	15	5	R\$ 161,00	R\$ 2.415,00
67	339907	Tinta esmalte, metal e madeira, brilhante, vermelha, aguarrás, rolo/pincel e pistola, interna e externa, com cobertura mínima de 40m²/ galão 3,6l/ demão. Certificação: CTF.	Galão 3,6L	50	15	R\$ 47,92	R\$ 2.396,00
68	616640	Argamassa AC3 de cimento Portland (cinza ou branco), agregados minerais de granulometria fina (areia selecionada), adições minerais e aditivos químicos especiais. Certificação: CTF.	Saco 20kg	250	50	R\$ 48,90	R\$ 12.225,00
69	270736	Vergalhão aço nervurado ca-50 10mm 3/8". Certificação: INMETRO.	Barra 12m	250	50	R\$ 63,77	R\$ 15.942,50
70	271701	Vergalhão de ferro ca50 1/2 12,5mm. Certificação: INMETRO.	Barra 12m	300	100	R\$ 75,00	R\$ 22.500,00
71	466764	Rejunte acrílico premium cinza platina	Saco 1kg	500	250	R\$ 26,55	R\$ 13.275,00
72	405159	Rejunte premium porcelanato branco	Saco 1kg	500	250	R\$ 10,24	R\$ 5.120,00
73	356585	Viga de madeira 6 x 11 x 5,00m. Produto igual ou de melhor qualidade que as madeiras perobinha, cedrinho ou paraju.	Un	500	250	R\$ 77,32	R\$ 38.660,00
74	483222	Pincel pintura predial, material cerdas pelo orelha de boi, tipo cabo curto, tamanho 1, formato retangular, material cabo madeira, características adicionais com virola aço estanhado	Un	400	200	R\$ 3,80	R\$ 1.520,00
75	453720	Pincel pintura predial, pincel de pintura predial (tamanho 1/2, formato retangular, material cabo madeira, características adicionais com virola aço estanhado)	Un	400	200	R\$ 2,90	R\$ 1.160,00
76	453722	Pincel pintura predial, material cerdas pelo orelha de boi, tipo cabo curto, tamanho 2, formato retangular, material cabo madeira, características adicionais com virola aço estanhado	Un	400	200	R\$ 5,11	R\$ 2.044,00
77	461377	Madeira para construção civil 6 x 6 x 6,00m. Produto igual ou de melhor qualidade que as madeiras perobinha, cedrinho ou maçaranduba	Un	300	150	R\$ 144,00	R\$ 43.200,00
78	453723	Pincel pintura predial, material cerdas pelo orelha de boi, tipo cabo curto, tamanho 3, formato retangular, material cabo madeira, características adicionais com virola aço estanhado	Un	400	200	R\$ 5,29	R\$ 2.116,00
79	453725	Pincel pintura predial, material cerdas pelo orelha de boi, tipo cabo curto, tamanho 4, formato retangular, material cabo madeira, características adicionais com virola aço estanhado	Un	400	200	R\$ 7,40	R\$ 2.960,00
		Madeira para telhado 5 x 1,5 x 4m. Produto igual					

80	262526	ou de melhor qualidade que as madeiras perobinha, cedrinho ou Angelim	Un	300	150	R\$ 18,30	R\$ 5.490,00
81	272085	Madeira para construção civil 30 x 2,5 x 3m. Produto igual ou de melhor qualidade que as madeiras pinus ou eucalipto	Un	150	50	R\$ 65,00	R\$ 9.750,00
82	626828	Fita adesiva, material crepe, tipo monoface, largura 50, comprimento 50, cor branca, aplicação multiuso	Un	400	200	R\$ 7,99	R\$ 3.196,00
83	480877	Madeira para construção civil 7,5 x 7,5 x 4m. Produto igual ou de melhor qualidade que as madeiras perobinha, cedrinho ou angelim	Un	100	25	R\$ 18,90	R\$ 1.890,00
84	265093	Madeira para construção civil 5 x 2,5 x 2,20m. Produto igual ou de melhor qualidade que as madeiras pinus ou eucalipto	Un	150	50	R\$ 33,33	R\$ 4.999,50
85	624419	Lixa madeira, folha, 80, papel, marcenaria, óxido alumínio, 275 mm.	Embalagem 50 Un	200	50	R\$ 47,15	R\$ 9.430,00
86	620204	Lixa madeira, folha, 100, papel, marcenaria, óxido alumínio, 275 mm.	Embalagem 50 Un	200	50	R\$ 36,47	R\$ 7.294,00
87	407791	Lixa, material óxido alumínio, tipo lixa massa, apresentação folha, tipo grão 220, comprimento 275, largura 225	Embalagem 50 Un	200	50	R\$ 158,01	R\$ 31.602,00
88	627623	Rolo pintura predial, material lã de carneiro, material tubo plástico, aplicação superfície lisa /látex e acrílica, comprimento 23cm.	Un	700	200	R\$ 22,00	R\$ 15.400,00
89	616920	Rolo pintura predial, material lã de carneiro, material tubo plástico, aplicação superfície lisa /látex e acrílica, comprimento 9, material cabo plástico resistente	Un	500	250	R\$ 7,97	R\$ 3.985,00
90	453727	Rolo pintura predial, material lã de carneiro, material tubo plástico, aplicação superfície lisa /látex e acrílica, comprimento 5, material cabo plástico resistente	Un	500	250	R\$ 5,00	R\$ 2.500,00
91	627815	Impermeabilizante contra umidade. Certificação: CTF.	Lata 18L	20	5	R\$ 159,90	R\$ 3.198,00
92	452807	Arame recozido torcido amarração 1,24mm. Certificação: INMETRO.	Kg	350	150	R\$ 20,00	R\$ 7.000,00
93	472029	Parafuso galvanizado máquina cabeça quadrada 16x300mm rosca parcial	Un	1000	250	R\$ 14,60	R\$ 14.600,00
94	281644	Cola de contato borracha para concreto, madeira, pisos, solas, solados, espumas, forros, tecidos	Lata 700g	30	10	R\$ 40,50	R\$ 1.215,00
95	625076	Verniz, acetinado, incolor, madeira, secagem rápida, laca, brilhante, brilhante, rolo/pincel e pistola, interior e exterior, resistência riscos e secagem rápida/isento bezeno, metal, duplo filtro solar, marítimo, inc rensina acrílica. Certificação: CTF.	Lata 3,6L	50	15	R\$ 98,01	R\$ 4.900,50
96	333573	Cano pvc marrom soldável 50mm	Tubo 6m	80	20	R\$ 63,66	R\$ 5.092,80
97	481320	Cano pvc marrom soldável 3/4" 25mm	Tubo 6m	120	50	R\$ 23,10	R\$ 2.772,00
98	333574	Cano pvc marrom soldável 1" 32mm	Tubo 6m	80	40	R\$ 40,00	R\$ 3.200,00
99	628534	Tubo para esgoto 50mm	Tubo 6m	30	10	R\$ 61,99	R\$ 1.859,70
100	333572	Cano pvc marrom soldável 1.1/4" 40mm	Tubo 6m	50	15	R\$ 57,80	R\$ 2.890,00

101	333571	Tubo pvc marrom soldável 75mm	Tubo 6m	50	15	R\$ 89,26	R\$ 4.463,00
102	627255	Cano pvc para esgoto 100mm	Tubo 6m	50	15	R\$ 103,57	R\$ 5.178,50
103	627259	Base para válvula de descarga 1.1/2"	Un	50	15	R\$ 140,00	R\$ 7.000,00
104	601426	Registro 25mm bruto gaveta	Un	50	15	R\$ 84,00	R\$ 4.200,00
105	617598	Registro de gaveta bruto 3/4	Un	50	15	R\$ 77,00	R\$ 3.850,00
106	627148	Torneira lavatório banheiro cromada 1/2 bica alta	Un	50	15	R\$ 168,00	R\$ 8.400,00
107	320506	Torneira para tanque e jardim de 1/2 com bico 3/4	Un	50	15	R\$ 25,20	R\$ 1.260,00
108	397067	Engate flexível 40cm 1/2 água fria pvc rabicho branco	Un	50	15	R\$ 9,70	R\$ 485,00
109	611898	Sifão sanfonado tubo flexível multiuso universal para pias lavatórios cubas, branco	Un	100	25	R\$ 11,00	R\$ 1.100,00
110	298170	Caixa sifonada 150x150x50 quadrada branca ralo reforçado	Un	35	10	R\$ 37,31	R\$ 1.305,85
111	280957	Caixa sifonada quadrada 100x100x40mm branca	Un	35	10	R\$ 13,00	R\$ 455,00
112	441837	Anel vedação, material massa emborrachada, características adicionais vaso sanitário 100 mm	Un	40	10	R\$ 8,00	R\$ 320,00
113	615103	Fita veda rosca 18mm x 50 metro	Un	100	25	R\$ 7,89	R\$ 789,00
114	303403	Luva pvc marrom soldável 25mm	Un	70	20	R\$ 2,65	R\$ 185,50
115	303401	Luva soldavel 32mm pvc marrom	Un	70	20	R\$ 1,63	R\$ 114,10
116	633979	Aguarrás, aplicação solvente de tinta, composição 100% destilado de petróleo, características adicionais sem benzeno, álcool ou querosene. Certificação: CTF.	Lata 5L	200	50	R\$ 65,00	R\$ 13.000,00
117	237227	Bucha instalação predial água fria, material pvc - cloreto de polivinila, diâmetro nominal 25 x 20, tipo redução curta, tipo extremidades bolsa soldável, tipo rosca sem rosca	Un	70	35	R\$ 1,78	R\$ 124,60
118	303400	Luva soldavel 50mm pvc marrom	Un	70	35	R\$ 3,59	R\$ 251,30
119	434123	Tubo de descarga 50mm de 80cm de comprimento com joelho 90° de pvc	Un	70	35	R\$ 9,48	R\$ 663,60
120	368682	Tubo de descarga 38mm de 80cm de comprimento com joelho 90° de pvc	Un	70	35	R\$ 9,27	R\$ 648,90
121	399513	Joelho 45° marrom pvc soldável 32mm ou 1"	Un	70	35	R\$ 4,89	R\$ 342,30
122	399512	Joelho 45° soldável 50mm marrom	Un	70	35	R\$ 8,30	R\$ 581,00
123	634015	Conexão hidráulica, material pvc - cloreto de polivinila, tipo tê 90°, tipo fixação soldável, características adicionais com bucha de latão, aplicação instalações prediais água fria, bitola 25 mm x 1/2´	Un	70	35	R\$ 5,13	R\$ 359,10
124	332539	Conexão hidráulica, material pvc - cloreto de polivinila, tipo joelho 90°, tipo fixação soldável, bitola lado soldável 32, aplicação rede hidráulica e esgoto, cor marrom	Un	70	35	R\$ 1,90	R\$ 133,00
125	274338	Cotovelo 90° 3/4" branco	Un	70	35	R\$ 3,30	R\$ 231,00
126	215749	Corante, material corante líquido com pigmentos, cor azul, aplicação tintas à base d´água, apresentação bisnaga de 50 ml. Certificação: CTF.	Un	50	20	R\$ 4,88	R\$ 244,00

127	612585	Tinta esmalte, tipo acabamento alto brilho, cor amarelo ouro antigo ou velho, diluente indicado aguarrás, método aplicação rolo/pincel e pistola, aplicação superfícies madeira e metal/interiores /exteriores, material tinta à base de resinas alquídicas/pigmentos, rendimento 40 a 50 m2/gl /demão, prazo armazenagem 36 meses. Certificação: CTF.	Galão 3,6L	30	10	R\$ 159,00	R\$ 4.770,00
128	374789	Tê pvc roscável e soldável 1/2" 20mm 90°	Un	70	35	R\$ 6,04	R\$ 422,80
129	214181	Conexão hidráulica, material pvc rígido, tipo tê, tipo fixação soldável e roscável, características adicionais com bucha de latão, aplicação instalações prediais água fria, cor azul, normas técnicas nbr 5.648, bitola 25 mm x 3/4´	Un	70	35	R\$ 6,25	R\$ 437,50
130	393223	Selador tinta predial, aspecto físico líquido, método aplicação rolo/pincel/trincha ou revólver, tempo secagem 4, rendimento 20 a 30, aplicação superfícies porosas reboco/concreto/fibrocimento. Certificação: CTF.	Lata 18L	30	10	R\$ 149,00	R\$ 4.470,00
131	360578	Flange sextavada sem furo pvc roscável branco 1 pol	Un	70	35	R\$ 24,99	R\$ 1.749,30
132	360576	Flange sextavada sem furo pvc roscável branco 3/4 pol	Un	70	35	R\$ 11,33	R\$ 793,10
133	360575	Flange sextavada sem furo pvc roscável branco pol	Un	70	35	R\$ 19,56	R\$ 1.369,20
134	633229	Fechadura perfil 28mm f2500 inox polido	Un	70	35	R\$ 46,99	R\$ 3.289,30
135	348752	União pvc roscável de 1 pol	Un	70	35	R\$ 30,43	R\$ 2.130,10
136	348751	União pvc roscável de 3/4 pol	Un	70	35	R\$ 13,13	R\$ 919,10
137	214196	União pvc roscável de 11/2 pol	Un	70	35	R\$ 31,41	R\$ 2.198,70
138	361239	Cap soldável pvc marrom tampão 25mm 3/4"	Un	70	35	R\$ 1,50	R\$ 105,00
139	330603	Cap soldável pvc marrom tampão 32mm	Un	70	35	R\$ 2,28	R\$ 159,60
140	300189	Cap soldável pvc marrom tampão 11/2 pol	Un	70	35	R\$ 1,98	R\$ 138,60
141	304273	Ralo sifão quadrado 100x100 mm grelha br branco	Un	50	20	R\$ 24,37	R\$ 1.218,50
142	625695	Abraçadeira rosca sem fim - aço inox	Un	100	25	R\$ 6,38	R\$ 638,00
143	631581	Porta maciça de madeira 80x210 x 3cm de espessura. Produto igual ou de melhor qualidade que as madeiras perobinha, jatobá ou angelim.	Un	6	3	R\$ 748,96	R\$ 4.493,76
144	334176	Batente de madeira 80cm x 210cm x 14cm. Produto igual ou de melhor qualidade que as madeiras perobinha, jatobá ou angelim.	Un	6	3	R\$ 190,00	R\$ 1.140,00
145	615238	Dobradiça de aço inox com pino solto	Un	25	10	R\$ 19,90	R\$ 497,50
146	480852	Caixa de descarga pvc branca	Un	30	10	R\$ 42,55	R\$ 1.276,50
147	369403	Caixa d' água em polietileno com tampa 500 litros	Un	10	5	R\$ 266,31	R\$ 2.663,10
148	600647	Cuba cerâmica esmaltada embutir 490x325mm	Un	8	4	R\$ 135,00	R\$ 1.080,00
149	633450	Torneira lavatório banheiro metal de mesa 1/4 de volta prateado	Un	8	4	R\$ 39,66	R\$ 317,28
150	606327	Balcão granito verde ubatuba 222x107cm	Un	10	5	R\$ 1.200,00	R\$ 12.000,00
151	629050	Disco diamantado segmentado p/concreto diâmetro 230mm	Un	50	25	R\$ 29,40	R\$ 1.470,00

152	634391	Disco de corte para ferro, diâmetro 4-1/2pol, furo 7/8pol	Un	150	50	R\$ 4,99	R\$ 748,50
153	468539	Disco de corte para madeira diâmetro 400mm, furo 30mm, 36 dentes	Un	50	25	R\$ 29,90	R\$ 1.495,00
154	631024	Disco de desbaste grão 40 diâmetro 4" x1/2pol	Un	50	25	R\$ 11,93	R\$ 596,50
155	633407	Engate hidráulico pvc flexível 1/2pol 100cm	Un	50	25	R\$ 9,79	R\$ 489,50
156	485707	Tijolo maciço barro cozido 19x9x4,5cm	Un	1000	1000	R\$ 0,99	R\$ 990,00
157	229853	Telha material: barro cozido , tipo: francesa , comprimento: 40 cm, largura: 25 cm	Un	5000	2500	R\$ 4,70	R\$ 23.500,00

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante vencedor o envio do catálogo do produto para verificar as especificações técnicas.**
- 1.8. Para os itens 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 32, 33, 51, 52, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 91, 95, 116, 126, 127 e 130, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.**
- 1.9. Para os itens 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 48, 57, 59, 69, 70 e 92, só será admitida a oferta do produto que possua a certificação do INMETRO, nos termos das Portarias INMETRO nº 17, de 14 de janeiro de 2022, para Lâmpadas Fluorescentes Compactas com Reator Integrado à Base, nº 131, de 23 de março de 2022, para Fios, Cabos e Cordões Flexíveis Elétricos, nº 90, de 09 de março de 2022, para Plugues e Tomadas, nº 28, de 21 de janeiro de 2022, para Interruptores para Instalações Elétricas Fixas Domésticas e Análogas, nº 335, de 29 de agosto de 2011, para Dispositivos de Baixa Tensão; que aprovam o Regulamento Consolidado, na forma dos Requisitos de Avaliação da Conformidade e das Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade.**
- 1.10. Em caso de divergência das especificações do item descritas no Compras.gov.br e as constantes no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os objetos referentes a esta aquisição deverão ser entregues pelo fornecedor, ora denominado de contratado, de acordo com as especificações abaixo no que for cabível:

4.1.1.1. Fazer com que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, no que for cabível;

4.1.1.2. Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.2. Para os itens 73, 77, 80, 81, 83, 84, 143 e 144 caso sejam de matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006 deverá ser apresentado o Documento de Origem Florestal - DOF juntamente com a referida Nota Fiscal na entrega do objeto:

4.1.2.1. Somente será admitida a oferta de produto cuja origem seja comprovadamente legal, nos termos da legislação vigente, mediante a apresentação de Cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor.

4.1.2.2. Caso os produtos ou subprodutos florestais a serem fornecidos tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Margem de Preferência:

4.4. Os **itens 27, 28, 29, 36 e 39** desta contratação enquadram-se na margem de preferência normal de 10% e adicional de 10%, previstano Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024, conforme disposto na Resolução n.º CICS/MGI Nº 8, DE 31 DE MARÇO DE 2025 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 635 – Centro – Pouso Alegre/MG, CEP 37.550-225, em dias úteis de segunda a quinta-feira nos horários das 8h às 11h40 e das 13h30 às 16h10 e sexta-feira das 8h às 11h

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/04/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de Fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será **integral de acordo com a Nota de Empenho**.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual- CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.13. Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/20213, e legislação correlata.

9.13.1. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.34.1.1. O Atestado de Capacidade Técnica deve constar de forma clara e objetiva informação emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação. No atestado também deve constar o nome, endereço e o telefone de contato da pessoa atestadora, ou qualquer outro meio com o qual se possa manter contato.

9.34.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.34.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 883.275,85 (oitocentos e oitenta e três mil, duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão do instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco), contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.2.3. Indenizações e multas.

5.3. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.4. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Pouso Alegre - MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº 90001/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANIEL ANDRADE DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 14:32:52.

BRUNO FERREIRA DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 14:29:16.

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência.

ALLAN CARLOS BATISTA LOPES ANASTACIO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 15:32:15.